



PACTU

Jornal sob a responsabilidade dos Sindicatos dos Bancários de Paranavaí, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava.

Foto/WILSON SOUZA



PACTU NA LUTA EM DEFESA DA CAIXA E DOS BANCOS PÚBLICOS

Página 3

REFORMA DA PREVIDÊNCIA E REVOGAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA
PÁGINA 2

Dirigentes dos sindicatos do Pactu participaram da manifestação em defesa das empresas públicas
PÁGINA 4

Foto/WILSON SOUZA



TEMER PRIVILEGIA A CLASSE DOMINANTE



Os sociólogos denominam de classe trabalhadora as pessoas que vivem só do salário, que vendem sua força de trabalho e, portanto, têm que se sujeitar ao que o patrão quer oferecer em termos de salários e condições de trabalho. Publicação do DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) de 24/09, mostra que a luta de classes no Brasil tem sido muito favorável à classe dominante nesses 16 meses de governo Temer.

Apoio da classe dominante

A CNI (Confederação Nacional da Indústria) enviou um documento com 36 "propostas para o Brasil sair da crise". Pelo monitoramento da entidade, 29 avançaram. Já os ruralistas encaminharam 17 pontos prioritários, dos quais 13 foram atendidos. "O governo correspondeu plenamente às nossas expectativas. Foram ações de coragem, de um governo que não está pensando nas eleições do ano que vem. Acho que ele ousou em muita coisa", afirma o deputado federal Marcos Montes (PSD-MG), presidente da Frente Parlamentar do Agronegócio. "Não há dúvida de que o governo tem tido maior capacidade de condução", disse o diretor de Política e Estratégia da CNI, José Augusto Fernandes. Entre os destaques para esses dois setores estão a reforma trabalhista, a regulamentação da terceirização, o fim da obrigatoriedade de participação da Petrobras na exploração do pré-sal, o programa de refinanciamento de débitos tributários das empresas, a lei de regularização fundiária e a flexibilização das regras de licenciamento ambiental.

Prejuízo aos trabalhadores

Conclui-se que quem é assalariado, dependente do emprego, deveria não só se conscientizar dos prejuízos, mas também alertar parentes e amigos de que a classe trabalhadora teve diversos prejuízos com as reformas de Temer, principalmente com a reforma trabalhista, e se passar, também com a reforma da Previdência.

Ressalta-se que, entre os apoiadores das reformas de Temer, estão partidos políticos como o PSDB, o DEM e o PMDB. A última pesquisa de opinião mostra Temer com muita rejeição. Seu governo tem aprovação de somente 3% da população. Apesar disso, com o apoio incondicional de um Congresso movido a dinheiro ilícito, Temer consegue levar adiante medidas extremamente impopulares e prejudiciais à classe trabalhadora.

BANCO DO BRASIL

Contraf-CUT consegue tutela antecipada e Incorporação de função aos comissionados

Foi concedida, em decisão do dia 28/09, a tutela antecipada em Ação Civil Pública impetrada contra o Banco do Brasil, para manter ou retomar o pagamento da gratificação/comissão aos empregados que a recebem ou receberam por 10 anos ou mais. Foi também concedida a incorporação definitiva da gratificação/comissão recebida por 10 anos ou mais, passando a receber tratamento de salário, acompanhando os reajustes previstos nas CCT's e ACT's, com todos os reflexos salariais.

O não cumprimento da decisão por parte do Banco do Brasil pode gerar pena de multa diária de R\$1.000,00 por empregado. Mas trata-se de uma decisão liminar e cabe recurso por parte do banco. A ação foi impetrada pela Contraf-CUT juntamente com as Federações de Sindicatos integrantes do Comando Nacional dos Bancários. Para Wagner Nascimento, coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB, esta é uma grande vitória para os milhares de funcionários prejudicados pela "desorganização institucional" promovida pelo BB, que cortou cargos, reduziu salários e empregos, e piorou consideravelmente o atendimento em todo o país.

É cômodo para o capital responsabilizar o trabalhador pela empregabilidade

Para a economista do Dieese, Patrícia Pelatieri, governo, mídia e empresários criam mito de "modernização" para convencer a população de que só resta o caminho do salve-se quem puder. "Querem legitimar perdas de direitos e perspectivas", afirma. Para a economista, "não há milagre, pois o crescimento econômico, com desenvolvimento político e social, só acontecerá com um projeto de desenvolvimento nacional que leve em conta as necessidades da população". Entretanto, ela pontua que a aprovação da Emenda Constitucional 95, que institui o teto dos gastos públicos, conduzirá o país para outra direção. "Infelizmente, a reforma do Estado imposta pela EC 95 vai significar empobrecimento da população, em decorrência da contenção das políticas públicas, e diminuição da capacidade do Estado de alavancar o crescimento e promover o desenvolvimento. Sabemos que a retomada de um ciclo de crescimento exige uma



longa e penosa travessia", adverte. Na entrevista ao site www.redebrasilatual.com.br, publicada no dia 4/10, Pelatieri comenta a atual situação de desemprego que atinge ainda mais os jovens das regiões metropolitanas. O índice de desemprego atinge 48,7% na região de Salvador e 42,9% no Distrito Federal. Para Pelatieri, a reforma trabalhista não ajudará a enfrentar esse fenômeno.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA E REVOGAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA



O pactu participa da campanha pela anulação da reforma trabalhista

Em reunião na sede da CUT, em São Paulo, as centrais sindicais fecharam unidade em defesa das empresas estatais e definiram que estarão juntas na defesa da soberania nacional. Também continuarão unidas nas mobilizações contra as reformas de Temer.

Os dirigentes fecharam apoio à campanha contra a votação da Reforma da Previdência e definiram que se o Congresso Nacional colocar a proposta em votação, o Brasil vai cruzar os braços em defesa das aposentadorias e dos direitos da Seguridade Social.

A CUT já colocou nas ruas uma campanha nacional de coleta de assinaturas para revogar a Reforma Trabalhista. O objetivo é coletar pelo menos 1,3 milhão de assinaturas em um Projeto de Lei de Iniciativa Popular, em substituição ao projeto de Temer, que retira diversos direitos trabalhistas e coloca em ação a terceirização sem limites. Segundo o secretário-geral da CUT, Sérgio Nobre, a campanha prosseguirá até 09/11, quando o abaixo assinado será entregue ao Senado durante uma grande mobilização em Brasília.

Temer é derrotado e mobilização manterá a Reserva Nacional do Cobre e Associados

Após resistência de ambientalistas, o governo Temer recuou e revogou o decreto que extinguiu a Renca (Reserva Nacional do Cobre e Associados). Com o anúncio pelo ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, a Renca volta ao teor do decreto que criou a reserva, em 1984.

"A revogação do decreto é uma grande vitória dos movimentos sociais, do campo, povos e comunidades tradicionais e organizações ambientalistas, que denunciaram desde o primeiro dia os impactos da extinção da reserva e que gerou a rejeição da sociedade", comemora Daniel Gaio, secretário nacional de Meio Ambiente da CUT. O decreto é só a ponta do iceberg sobre os desmontes na área ambiental. Por trás da medida estava o óbvio interesse comercial. Temer estava disposto a liberar a área para a iniciativa privada explorar a diversidade de minérios na região, como ouro, ferro,



manganês e tântalo. "Continuaremos na luta pelos nossos direitos, o território brasileiro e a soberania nacional", garante Daniel Gaio.

Cálculo da inflação é complexo e limitado, diz DIEESE



trata-se de uma pesquisa cara e demorada, e por isso ela é realizada apenas a cada 10 anos. A última foi feita em 2008/2009”, resume.

Com a realização da POF são determinados quais itens irão compor o cálculo da inflação. Atualmente, são considerados 382 itens para o INPC, entre alimentação, transporte, vestuário, telecomunicações e muitos outros. Passa-se então para um segundo estudo: uma pesquisa de campo que acompanha mensalmente a variação dos preços de tais itens, nos locais determinados.

Ao final, é feita ainda uma média de todos os itens pesquisados e em todos os locais pesquisados. No cálculo, Curitiba tem peso de 7,29%. Por exemplo: em agosto, o INPC foi de 0,03% negativos, mas na capital paranaense a variação foi de 0,35% positivo. No acumulado dos últimos 12 meses, a média nacional foi 1,73%, mas, em Curitiba, a variação foi de 2,15%. “Não se trata de fraude ou manipulação dos números, mas de limitações da metodologia de pesquisa”, conclui.

Preços em queda? Quanto à dúvida sobre a real diminuição dos preços, Sandro explica que atualmente 31% dos itens que compõem o INPC referem-se ao grupo dos alimentos e bebidas, em queda nos últimos meses.

“Diante de uma safra positiva, que gerou aumento na oferta de produtos, o grupo de alimentos e bebidas registrou queda de 2,48% nos últimos 12 meses”, justifica.

Ou seja, apesar dos aumentos progressivos em itens como mensalidade escolar e plano de saúde, outros 118 itens do INPC apresentaram queda efetiva.

No início do mês de setembro, o IBGE divulgou que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado nos 12 meses anteriores havia registrado 1,73%. Com isso, a categoria bancária obteve reajuste salarial de 2,75% – valor equivalente ao INPC mais 1% de aumento real, conforme acordado na Convenção Coletiva de Trabalho 2016-2018. Muitos trabalhadores ficaram indignados com a informação e questionaram o Sindicato sobre a veracidade do índice.

O supervisor técnico do Dieese-PR, Sandro Silva (foto), explica que o cálculo da inflação é bastante complexo e considera vários fatores. Segundo ele, em primeiro lugar, deve-se entender que o índice se refere a uma média de consumo de um público específico. No caso do INPC, o público da pesquisa é a população que recebe entre 1 e 5 salários mínimos. É preciso ter em mente também que se trata de uma média nacional, feita em locais específicos. O INPC é uma média dos preços aferidos em 11 capitais brasileiras.

Sandro esclarece que existem duas etapas de pesquisa. Primeiro, realiza-se uma Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), um estudo detalhado que acompanha o consumo de uma amostra da população em determinado período. “A POF verifica quais são os itens consumidos e qual o peso de cada item no orçamento familiar. Entretanto,

Defesa da Caixa e dos bancos públicos



Os sindicatos do Pactu participaram, em 02/10, no Rio de Janeiro, de um Ato Nacional em defesa das empresas públicas e da soberania nacional, coordenado pela CUT – Central Única dos Trabalhadores. Os sindicatos estão engajados no movimento em defesa das empresas públicas, entre elas a

Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. O governo Temer vem tomando uma série de medidas que levarão ao desmonte total da Caixa, o que dá a entender que está preparando-a para uma abertura de capital e até mesmo para a privatização.

Para Sandra Regina Homeniuk, coordenadora

Fundação Itaú-Unibanco empossou novos Conselheiros

Os representantes eleitos dos participantes da Fundação Itaú Unibanco tomaram posse no dia 03/09, na sede da Fundação Itaú, em São Paulo. A Chapa 1 saiu vitoriosa na eleição, realizada entre os dias 19 e 27 de julho, que elegeu representantes dos ativos e assistidos, para o Conselho Deliberativo e Fiscal.

Tomaram posse Erica Monteiro de Godoy e Mauri Sergio Martins de Souza, como titulares do Conselho Deliberativo – Ativos, e Carlos Mauricio de Oliveira e o londrinense Cesar Gomes Caldana, como suplentes. No Conselho Fiscal, assumiram Ted Silvino Ferreira e Onisio Paulo Machado, como titulares, e José Ribamar Pacheco e Antônio Augusto

Borges, como suplentes. “Vamos cobrar a patrocinadora/fundação a retomada de uma agenda de negociação em alguns itens, como previdência complementar fechada para todos, a criação de um comitê de investimentos para que os eleitos possam participar da política de investimentos dos recursos da fundação e um assento na diretoria executiva para representar os ativos e outro para os assistidos”, afirmou Mauri de Souza.

Eurípedes Arantes de Freitas e Manoel de Jesus Valverde assumiram como titulares no Conselho Deliberativo - Assistidos, e Maria Lúcia Machado e José Carlos Lavecchia como suplentes..

Comando assinou aditivo sobre centros de realocação e requalificação profissional

O Comando Nacional dos Bancários, coordenado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), e a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) assinaram no dia 25/09 o termo aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2016/2018, para regulamentar a criação de centros de realocação e requalificação profissional, conforme previsto na Cláusula 62 da CCT. As comissões de organização dos empregados agora podem tratar com os respectivos bancos os detalhes dos centros a serem implementados em cada um deles.

política dos sindicatos do Pactu, as empresas públicas, como a Petrobras, a Eletrobras e outras, são fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do Brasil assim como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, que sempre tiveram papel importante no desenvolvimento econômico, sobretudo na região do Pactu. “Daí nosso esforço maior junto a população e às autoridades públicas regionais na defesa dessas duas instituições, que atendem pequenos agricultores e administram programas sociais imprescindíveis para o desenvolvimento social, como o Pronaf no BB e como o Minha Casa, Minha Vida, FIES, PROUNI, FGTS e PIS na Caixa”.

Associação Brasil aprova venda de ativos



Uma assembleia realizada no dia 16/09, em Curitiba, com a presença de um número significativo de associados da Associação Brasil, antiga Associação Bamerindus, aprovou, a venda de alguns imóveis da entidade. Com a venda, serão viabilizadas melhorias nas unidades que permanecerem na AB, como por exemplo, a construção de chalés e mais equipes de recreação para atividades culturais, esportivas e outras. Ana Paula Lorini, representante do Pactu na COE do Bradesco, orienta os bancários do ex-Bamerindus/HSBC a se filiarem à AB, para poderem participar das assembleias e terem a possibilidade de usufruir das instalações da AB em Curitiba e em outras regiões do Brasil. Para saber mais sobre a Associação, os interessados devem acessar www.associacao-brasil.com.br.

PRÉ-SAL

PRIVATIZAÇÃO DA PETROBRAS RETIRA DINHEIRO DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO

O futuro da saúde e educação está sob o jogo dos interesses econômicos estrangeiros e com apoio do tucano José Serra

Após os estudos revelarem que existem reservas de 176 bilhões de barris de petróleo no pré-sal em todo litoral brasileiro, travou-se no Congresso Nacional uma discussão sobre o melhor modelo de exploração dessa riqueza. Após intensos debates no Congresso Nacional, em 2010, o então presidente Lula da Silva sancionou a Lei da Partilha, que instituiu a Petrobras como a operadora única do pré-sal e com participação mínima de 30% da estatal em cada bloco de exploração. Essa foi a medida que se contrapôs ao modelo de concessão implantado no período de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) 1995-2002, que concedia o controle e os lucros dos poços integralmente às empresas privadas.

Como complemento da Lei de Partilha, a presidenta Dilma Rousseff sancionou em 2013 a Lei 12.858, criando um fundo para destinar 75% dos royalties para financiar a educação e 25% para financiar a saúde. A expectativa era, na época, destinar um total de R\$ 112 bilhões para a saúde e educação até o ano de 2022. Entretanto, esses recursos estão ameaçados desde o ano passado.

	PAÍS	BILHÕES DE BARRIS
1º	Venezuela	300,9
2º	Arábia Saudita	266,5
3º	Brasil (com pré-sal)	198,6
4º	Canadá	171,5
5º	Irã	158,4
6º	Iraque	153,0
7º	Rússia	109,5
8º	Kuwait	101,5
9º	Emirados Árabes Unidos	97,8
10º	Líbia	48,4
11º	Estados Unidos	48,0
12º	Nigéria	37,1
13º	Cazaquistão	30,0
14º	China	27,5
15º	Catar	25,2
16º	Brasil (sem pré-sal)	12,6

Fonte: BP Statistical, 2017

PAGAMENTO DE ROYLTIES DO PETRÓLEO (EM BI DE REAIS) - 2015

Brasil	Total	15.573
RJ	Estado	2.639
	Municípios	2.825
SP	Total	5.465
	Estado	459
	Municípios	759
	Total	1.218

Fonte: ANP

ENTRADA DE RECURSOS DO PETRÓLEO NO FUNDO SOCIAL (EM MILHÕES DE REAIS)

ANO	DOS ROYALTIES	DA PARTI. ESPECIAL	TOTAL
2012	311	257	569
2013	498	656	1.154
2014	1.295	1.898	3.194
2015	1.377	2.456	3.833
2016	1.503	2.819	4.322
2017	1.292	3.123	4.416

Fonte: ANP

A ameaça de José Serra

Mal se consumou o golpe contra Dilma, o senador tucano José Serra finalmente cumpria a promessa que havia feito ainda em 2009 para a diretora da petroleira americana Chevron, Patrícia Pradral. De acordo com o Wikileaks, que revelou telegramas entre os dois, Serra prometeu que rodadas de licitação no modelo de partilha não ocorreriam. Em outubro de 2016, Serra conseguiu aprovar na Câmara dos Deputados o projeto de Lei 4567/2016, que retira a operação da Petrobras e desobriga a participação da estatal em licitações dessas áreas, abrindo caminho para a entrega do pré-sal às empresas estrangeiras.

De acordo com Cloviomar Pereira, economista do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e assessor

da Federação Única dos Petroleiros (FUP), esta lei poderá retirar até R\$ 1 trilhão em investimentos na saúde e na educação. Isso ocorrerá porque os royalties são calculados a partir de porcentagens do petróleo produzido, descontado o custo de produção. “No total de 176 bilhões de barris (do pré-sal), as perdas para as áreas de saúde e educação seriam de 923,6 bilhões. Isso somente retirando a Petrobras como operadora, pois os custos de exploração das outras empresas são maiores.

Enquanto o custo da produção da estatal é de US\$ 8,00 por barril, o de outras empresas são de US\$ 15,00”, explica Pereira. Os cálculos do economista levam em conta o preço do barril vendido a US\$ 45,00, e o câmbio fixado em R\$ 3,15.

Pactu participou do ato em defesa das empresas públicas



Foto/WILSON SOUZA

Dirigentes dos sindicatos do Pactu participaram, no dia 03/10, da manifestação realizada no Rio de Janeiro em defesa das empresas públicas brasileiras. A cidade

foi escolhida para o ato em virtude da aniversário da Petrobras, que completou 64 anos de sua fundação, e em virtude também da disposição de Temer em privatizar as empresas públicas que sobreviveram à era FHC. Ele já anunciou inclusive a privatização da Eletrobras.

Participaram do ato aproximadamente 5 mil pessoas, com destaque para a participação do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). São famílias de pequenos agricultores e grupo de indígenas que perderam seus lotes para as grandes hidrelétricas e até o momento não tiveram, por parte dos responsáveis, seus prejuízos ressarcidos.